

EXAME DE ORDEM DEZEMBRO / 2004

2ª ETAPA PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

José da Silva, servidor público federal, foi surpreendido, no último mês, com a supressão, em seu contracheque, de gratificação que recebia há 10 (dez) anos, além de ter sido intimado para repor aos cofres públicos todos os valores que recebeu indevidamente. Tendo reclamado junto à Administração Pública, foi informado de que o pagamento é ilícito.

De fato, analisando a lei que instituiu a referida gratificação, constatou decepção que não preenche os requisitos para sua percepção.

Procurado por José da Silva para analisar juridicamente o caso, elabore parecer, caso entenda ter razão a Administração Pública, ou a ação judicial cabível, caso entenda ser ilícita a providência administrativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

2ª PARTE - QUESTÕES PRÁTICAS

QUESTÃO Nº 01

O Prefeito do Município de Fim do Mundo deseja transformar um grande parque municipal aberto ao público em loteamento para edificação de moradias populares que deverão ser alienados a baixo preço, de modo a democratizar as oportunidades de acesso à habitação no âmbito municipal. Consultado pelo Prefeito, responda, fundamentadamente: tal providência é juridicamente possível?

QUESTÃO Nº 02

Petrônio Burguês adquiriu cinco lotes em Belo Horizonte, para que, no futuro pudesse construir um edifício de condomínio vertical com 40 apartamentos. Seis meses após a compra, o Prefeito de Belo Horizonte sancionou a Lei nº 10.258, de 20 de agosto de 2004 (fictícia), que altera a disciplina do uso e da ocupação do solo urbano. De acordo com a nova lei, na região em que se situam os lotes de Petrônio só é permitida construção de casas residenciais unifamiliares.

Inconformado, Petrônio entende que o seu direito de propriedade foi violado, pois, no

momento da compra, considerando a lei vigente, adquiriu o direito de construir o edifício pretendido.

Sustenta, mais, que tal direito não pode ser suprimido pela nova lei.

Qual a melhor orientação a ser dada a Petrônio? Fundamente.

QUESTÃO Nº03

Wladimir da Silva Jardim, servidor público federal, foi demitido por abandono de cargo, mediante processo administrativo em que se observaram o princípio do contraditório e da ampla defesa. Não satisfeito com a decisão administrativa, Wladimir pretende anular o ato de demissão pelo fato de o processo administrativo não ter sido precedido de sindicância administrativa, na opinião do interessado, pressuposto daquele.

A pretensão do servidor procede? Fundamente a resposta, indicando também os limites da utilização da sindicância como instrumento autônomo.

2ª ETAPA

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

Fernando Pessoa, residente e domiciliado em Belo Horizonte, adquiriu de Joaquim Silvério, um lote vago já cercado, situado na cidade de Nova Lima, onde nunca ninguém morou.

As medidas do lote, constantes da planta da Prefeitura da cidade de Nova Lima, coincidem com as do respectivo registro imobiliário, como sendo:

200 (duzentos) metros de frente;
300 (trezentos) metros de cada lado (direito e esquerdo);
150 (cento e cinquenta) metros de fundo.

Ao visitar o local, Fernando nota que Manoel Bandeira, vizinho do lote à esquerda, destruiu parte da cerca, e, em seu lugar está construindo um muro entre o seu lote e o dele.

Fernando, então, procura um engenheiro agrimensor que, medindo os lotes constata que o muro que está sendo construído por Manoel “rouba” 50 (cinquenta) metros do lado esquerdo do lote de sua propriedade.

O agrimensor constata, ainda, que a construção de Manoel está sendo feita por cima da nascente do rio “Uirapuru” que havia no lote de Fernando, fato esse que é confirmado pelos vizinhos da direita do imóvel, Olavo Bilac, e o dos fundos, Oswald Andrade.

Fernando o procura em seu escritório para que intente a ação judicial cabível para a recuperação da área do lote usurpada por Manoel, além do ressarcimento dos prejuízos sofridos.

Redija a petição inicial.

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

2ª PARTE - QUESTÕES PRÁTICAS

QUESTÃO Nº 01

João doou a Pedro um imóvel em Belo Horizonte. Pouco tempo depois, Pedro foi citado em ação, por via da qual Antônio, que alienara a João referido imóvel, buscava reavê-lo sob alegação de nulidade da compra e venda. Caso o pedido nessa ação fosse julgado procedente, teria Pedro direito à indenização contra João pela perda da coisa?

Fundamente a resposta. (1 ponto).

QUESTÃO Nº 02

Gilson, que era pai de Marcos, Ronaldo e Jefferson, por testamento público regular, deixou toda a porção disponível de sua Herança para Marcos, seu filho mais velho. Um ano depois da lavratura do testamento, no entanto, adveio do segundo casamento de Gilson seu quarto filho, Henrique. Tempos depois, Gilson faleceu viúvo, sem alterar o testamento que havia feito. Considerando que a herança líquida de Gilson totalizava R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), que Henrique havia falecido antes do pai e havia deixado dois filhos, Ricardo e Cristina, pergunta-se: quanto receberá cada um dos herdeiros de Gilson?

Fundamente a resposta. (2 pontos).

QUESTÃO Nº 03

“A” é credor de “B” na importância de R\$ 2.000,00. Imagine que “A” ceda seu crédito a “C”. Após a ocorrência da cessão, mas antes de dela ser notificado, “B” realizou pagamento antecipado a “A” em valor de R\$ 1.000,00, dele recebendo quitação. Realizada a notificação de “B” dois dias depois desse adimplemento parcial e vencida a obrigação no mesmo dia da notificação, “C” procurou “B” para dele receber os R\$ 2.000,00. Com base nesses dados, pergunta-se: que valor “B” deverá pagar a “C”?

Justifique sucintamente. (2 pontos).

2ª ETAPA
PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

DIREITO EMPRESARIAL

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

José Paulo Couves, domiciliado em Contagem - MG, é credor da Brasmotor S.A., pelo valor de R\$82.145,60, representado por uma nota promissória emitida pela Brasmotor S.A. em 24 de maio de 2003, a vencer em 24 de maio de 2005. A devedora requereu a concordata perante a 1ª Vara de Falências e Concordatas da Comarca de Belo Horizonte. A sentença que mandou processar a concordata foi publicada em 18 de setembro de 2004. O crédito de José Paulo Couves não foi incluído na lista de credores apresentada pela concordatária.

Você foi contratado(a) para receber o crédito.

Redija a peça adequada, atentando-se para os prazos pertinentes, procedimento adequado, fundamentação e correção do pedido.

DIREITO EMPRESARIAL
2ª ETAPA - QUESTÕES PRÁTICAS

QUESTÃO Nº 01

Amarildo é detentor de 10% do capital da Cia. Mineradora Minerex, muito embora só possua ações preferenciais que não conferem direito de voto. Pretende ele responsabilizar civilmente o diretor comercial da companhia, eis que está de posse de documentos que comprovam que o mencionado administrador, dolosamente, causou prejuízos à sociedade.

Aproximando-se a data de realização da assembléia geral ordinária da companhia, Amarildo lhe procurou, pedindo orientação sobre como proceder para levar adiante sua pretensão.

Oriente-o, analisando todos os aspectos da questão, com a indicação do(s) dispositivo(s) legal(is), se for o caso. (2 pontos)

QUESTÃO Nº 02

Mário e José, seus clientes, detêm 80% por cento do capital da Bons Serviços Ltda., sendo administradores da sociedade. Pretendem eles excluir dos quadros sociais o sócio Pedro, detentor de 20% do capital social, já que este praticou ato de inegável gravidade em desfavor da sociedade. O contrato social da Bons Serviços contém previsão sobre a

exclusão de sócios por justa causa. É possível a exclusão extrajudicial de Pedro? No caso afirmativo, como deveriam seus clientes proceder? No caso de ser negativa a resposta, justificar. (1,5 ponto)

QUESTÃO Nº 03

Um cheque sacado por Pedro Paulo da Silva contra o Banco do Povo S.A. em 14 de novembro de 2003, sexta-feira, tendo como praça de emissão e pagamento Belo Horizonte, tinha anotado, no seu anverso, a lápis, a expressão “bom para 14 de fevereiro de 2004). Foi apresentado para pagamento em 16 de fevereiro de 2004 (segunda-feira) e devolvido por falta de fundos. A ação executiva foi ajuizada em 17 de setembro de 2004.

Indique e fundamente se a pretensão executiva do título estará prescrita na data do ajuizamento da ação. (1,5 ponto)

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

João Gandra foi pronunciado por crime de homicídio simples, tendo sido denunciado pelo crime de homicídio, por ter desferido um tiro que foi a causa eficiente da morte da vítima, José Fernandes, tendo cometido o crime em virtude de motivo fútil e motivo torpe.

Realizada a instrução probatória, foi interrogado o acusado que alegou legítima defesa. Após o interrogatório foram ouvidas as testemunhas de acusação e defesa, tendo a testemunha Maria relatado que João Gandra estava sendo atacado pela vítima a pauladas e se encontrava no chão quando desferiu o tiro que atingiu José Fernandes.

Efetivada as alegações finais pelo promotor de justiça, este preliminarmente requereu ao juiz que fosse oficiado o IML, para que o exame de corpo de delito da vítima fosse juntado aos autos. O referido requerimento não foi efetivado pelo juiz até a presente data.

Concluídas as alegações finais foi o acusado pronunciado, tendo sido o defensor do acusado intimado pelo juiz, o qual não interposto recurso. Após um mês, foi o acusado intimado pessoalmente da pronúncia, que constituiu você para realizar a sua defesa .

Analise o caso, definindo qual a medida judicial cabível, confeccionando a peça processual adequada com o seu completo encaminhamento.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

2ª PARTE - QUESTÕES PRÁTICAS

QUESTÃO Nº 01

Marcos Tadeu, brasileiro, casado, comerciante foi autuado em flagrante dado como incurso nas sanções do art. 121, Caput, do Código Penal. O auto de prisão foi lavrado atendendo a todos os rigores da lei processual vigente. Marcos é primário, portador de bons antecedentes, trabalha e reside no local da infração. Constituído para a defesa, qual a medida jurídica para a obtenção da liberdade de seu cliente? Qual a justificativa legal? - Valor: 1,5

QUESTÃO Nº 02

No interior de uma joalheria, José demonstra interesse na aquisição de jóias, e passa a experimentá-las e regatear preços. Nesse ínterim, sua noiva entra e desvia a atenção do vendedor, disso se aproveitando o noivo para sair discretamente com vários anéis nos dedos. Na partilha do produto do ilícito há desacordo, e em razão disso a noiva, filha do proprietário da joalheria, mata José ministrando-lhe dose de veneno em um copo de bebida.

Quais as condutas típicas que você identifica no caso acima?

É imprescindível esclarecer as eventuais qualificadoras, causas de aumento e diminuição de pena, agravantes e atenuantes, e outras circunstâncias importantes, como, por exemplo, a ocorrência de concurso de pessoas. - Valor: 2,0

QUESTÃO Nº 03

João, desafeto ferrenho de José e muito valentão, resolveu dar-lhe uma lição. Para tanto, pegou seu revólver e disparou três tiros em direção aos pés de José para fazê-lo ficar pulando na frente de seus colegas. Ocorre que um dos três disparos acertou a perna de José que, desesperado de dor, foi socorrido por um seu amigo, que o levou ao HPS. No caminho, tendo o amigo de José optado passar pela BR, o veículo foi atingido por uma carreta que havia perdido os freios e passou por cima do carro, ocasionando a morte de José e de seu amigo por esmagamento.

Por qual crime João poderá responder? Explique. - Valor: 1,5

DIREITO DO TRABALHO

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

Você foi procurado por ELVIS PESTE (qualificação necessária a critério do candidato, salvo em relação ao seu atual domicílio que é em Belo Horizonte) que, após prestar as informações abaixo, pediu que fossem adotadas as medidas cabíveis para, via demanda judicial, receber todos os seus créditos trabalhistas.

Fora contratado pelo BANCO DO CRÉDITO SOCIAL S.A. (toda individualização por conta do candidato, exceto quanto à sede, em Brasília, e estabelecimento(s) nas cidades onde trabalhou o empregado) para trabalhar na agência de Cataguazes/MG, cidade onde residia, em data de 08 de abril de 1994, exercendo as funções de escriturário e recebendo salário mensal equivalente a 1,5 mínimos legais, que representava o piso da categoria na região.

Em data de 1º de julho de 1997 foi promovido a caixa, com remuneração equivalente a 5 mínimos legais, acrescido do adicional de quebra de caixa no importe equivalente a 20% do salário base, ainda trabalhando em Cataguazes/MG.

Em 1º de março de 2000, após ter participado de uma seleção interna, foi promovido a gerente geral da agência então instalada em Belo Horizonte, com salário equivalente a 10 salários mínimos e gratificação de função correspondente a 50% do salário base.

Em 21 de agosto de 2004 foi comunicado pelo superintendente do banco, quando de sua visita à agência de Belo Horizonte/MG, que seus serviços não mais eram necessários, a partir daquela data, ocasião em que estava sendo nomeado para seu cargo Heliodora Bárbara, que aceitara receber remuneração equivalente a apenas 7 vezes o mínimo legal e gratificação de função de 35%.

No mesmo documento em que o banco comunicava o rompimento do contrato, estava designado o dia 31 de agosto de 2004, às 10:00h, no sindicato dos bancários de Belo Horizonte e Região, para que fosse feito o acerto rescisório.

Nesta data, ali tendo comparecido, nada recebeu uma vez que nenhum preposto do banco apareceu no sindicato. Este fato estava comprovado por uma declaração do funcionário responsável pelos acertos do sindicato local. Exibiu a CTPS sem anotação de saída.

Enquanto trabalhou em Cataguazes/MG cumpria jornada de trabalho de 09:00 às 17:00 horas, com uma hora de intervalo, de segunda a sexta feira. A partir de quando passou a trabalhar em Belo Horizonte/MG, sua jornada tinha início às 08:00 horas com encerramento às 18:00 horas, gozando de 2 horas de intervalo, também de segunda a sexta feira.

Apresentava todos os comprovantes de pagamento onde se via que o empregador quitava apenas as parcelas relativas a salário e/ou salário-base e gratificação (quebra de caixa ou de função, assim lançadas), inclusive quando do pagamento das gratificações natalinas (quando o valor correspondia ao somatório de tais parcelas, recebidas todas até 2003), exceção feita aos períodos em que gozou férias, quando havia o acréscimo de um terço dos valores. Também apresentou extrato da CEF onde se vê que o empregador efetuou o depósito dos valores do FGTS durante o curso do contrato, sendo o saldo atual da ordem de R\$22.860,60. O último salário recebido fora de julho/2004.

Durante o período do contrato gozou férias em janeiro dos anos de 1996 a 2000 e em março de 2001, não tendo gozado mais qualquer período de férias.

Durante o período de 1º de julho a 30 de setembro de 2003, em razão de acidente sofrido pelo gerente da agência de Juiz de Fora/MG, e que ficaria de licença por três meses, foi deslocado para aquela cidade, retornando a Belo Horizonte em 1º de outubro de 2003. Recebeu, durante o período em que ali esteve, a mesma remuneração paga em Belo Horizonte/MG.

Em Brasília, onde estava a sede do banco, o gerente geral recebia remuneração envolvendo o salário base equivalente a 15 mínimos legais e gratificação de função correspondente a 50% deste. Por carta, havia apresentado um pedido ao Superintendente solicitando equiparação salarial para todos os gerentes, sendo certo que acredita que este teria sido o motivo para sua dispensa.

ELABORAR A PEÇA PROFISSIONAL ADEQUADA

DIREITO DO TRABALHO

2ª PARTE - QUESTÕES PRÁTICAS

QUESTÃO Nº 01

Pedro Páramo (nascido em 21/07/1987), Maria José (nascida em 20/10/1986) e João Calado (nascido em 15/05/1979), hoje, respectivamente, com 17 anos, 18 anos e 25 anos, trabalharam, como empregados, para a Empresa Azulejos e Pisos Vertentes, entre 01.03.1999 até 10.10.2002, data em que foram, em um único e imediato ato, dispensados sem justa causa. Propõem ações trabalhistas contra seu empregador em 17/11/2004. Argüida a prescrição pela defesa em relação aos créditos dos empregados, deve ser acolhida ou não? Justifique e fundamente em relação a cada empregado. (Valor: 01 ponto)

QUESTÃO Nº 02

Em processo de dissídio coletivo, de natureza econômica, foi proferida sentença normativa, pelo TRT, concedendo à categoria profissional aumento salarial de 10%.

Contra esta decisão, a categoria econômica interpôs Recurso Ordinário ao TST, sem pedido de efeito suspensivo. O referido recurso ainda aguarda julgamento. Não havendo, portanto, trânsito em julgado da sentença.

É assegurada à entidade sindical profissional cobrar em juízo o referido aumento, independentemente de autorização dos empregados? Justifique.

(Valor: 02 pontos)

QUESTÃO Nº 03

Julgados procedentes, em parte, os pedidos formulados na inicial, apenas o Reclamante recorreu da sentença. O recurso, no entanto, foi protocolado fora do prazo. Intimada, a empresa apresentou suas contra-razões, mas não argüiu a intempestividade. A Juíza da Vara do Trabalho proferiu despacho recebendo o recurso e determinou a remessa dos autos ao TRT. No Tribunal, o Juiz Relator, em decisão monocrática, de ofício, deixou de conhecer o recurso ordinário, por intempestivo. Pergunta-se:

a) Pode o Juiz Relator, isoladamente, não conhecer de um recurso já admitido e processado pela instância de origem, sem oposição da parte contrária? Justifique.

b)Qual a medida judicial cabível contra esta decisão? Justifique.

(Valor: 02 pontos)

2ª ETAPA PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

A Construtora Minas Gerais Ltda., estabelecida neste Estado e dedicada exclusivamente à prestação de serviços de construção civil por empreitada, com materiais fornecidos por seus clientes, adquiriu bens do ativo fixo (tratores e escavadeiras) junto a fornecedor situado no Estado de São Paulo. O Estado de Minas Gerais autuou a construtora para exigir-lhe 6% do valor dos bens adquiridos (mais os acréscimos legais) a título de diferencial de alíquotas de ICMS. A empresa impugnou administrativamente o lançamento, não tendo logrado êxito. A Procuradoria da Fazenda Estadual inscreveu o débito em dívida ativa, mas ainda não ajuizou a execução fiscal.

Para o exercício de sua atividade empresarial, notadamente para participar de processos licitatórios junto ao Poder Público, a construtora necessita de certidão negativa de débito, ou certidão positiva com efeito de negativa, o que lhe vem sendo negado.

A empresa possui patrimônio imobiliário suficiente para garantir o débito, embora não tenha interesse em parcelar o débito, pretendendo discutir a questão judicialmente.

Você foi procurado pela empresa para encontrar uma solução que lhe permita obter a certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, e ainda para questionar o mérito da exigência.

Sendo assim, elabore a peça processual adequada.

DIREITO TRIBUTÁRIO

2ª PARTE - QUESTÕES PRÁTICAS

QUESTÃO Nº 01

Carmo e Santos Ltda., empresa de mineração, possui sede administrativa no Município de Ouro Branco e mina no Município de Congonhas. Contrata empresa de conservação e limpeza denominada Limpeza Ltda., com sede em Belo Horizonte, para prestar serviços em sua sede administrativa. A Empresa Limpeza Ltda. o procura e informa que os três Municípios estão exigindo ISS sobre os serviços prestados a Carmo e Santos Ltda. Qual Município poderá exigir o ISS? Justifique. (1,5 ponto)

QUESTÃO Nº 02

O Decreto no 100.001, de 01 de novembro de 2004, revogou a redução de 30% na base de cálculo do IPI que beneficiava os veículos automotores de até 1.000 cilindradas e majorou de 15% para 17% a alíquota do mesmo imposto para os mencionados produtos. Pergunta-se:

- a) As alterações promovidas pelo decreto são válidas? (0,5 ponto)
- b) Sendo o decreto em questão válido, no todo ou em parte, quando entrará em vigor? (1,0 ponto).

QUESTÃO Nº 03

O Estado de Minas Gerais instituiu, para os comerciantes de telefones celulares, a cobrança antecipada do ICMS que será devido por estes mesmos contribuintes em razão da revenda dos produtos no mercado interno. O imposto deve ser pago nos postos fiscais de fronteira, quando da entrada das mercadorias no território estadual. Sendo certo que se trata de operação futura, a base de cálculo é obtida pela agregação de uma margem presumida de 60% ao preço de aquisição pago pelo contribuinte mineiro ao seu fornecedor. Determinada empresa mineira não pagou o imposto na entrada de um lote de celulares e por isso foi autuada pelo Fisco estadual. Sabendo que essa empresa exportou para o Chile todos os telefones objeto da autuação e que o Estado de Minas Gerais não é signatário de convênio prevendo a substituição tributária progressiva para os telefones celulares, responda:

- a) é válida a exigência antecipada do ICMS na forma descrita na questão?
- b) a empresa será obrigada a estornar os créditos que tomou pela entrada dos telefones autuados? (0,5 ponto)